

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ (CCC<sub>o</sub> – UFMA)  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**DANIELE DA SILVA COSTA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR:**  
Perspectiva de docentes de uma escola pública de Codó-Maranhão

CODÓ – MA  
2023

DANIELE DA SILVA COSTA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR:**  
Perspectiva de docentes de uma escola pública de Codó-Maranhão

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII - Codó, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

COSTA, DANIELE DA SILVA.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO  
REGULAR: PERSPECTIVAS DE DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE  
CODÓ - MARANHÃO / DANIELE DA SILVA COSTA. - 2023.  
29 p.

Orientador(a): CRISTIANE DIAS MARTINS COSTA.  
Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,  
CODÓ, 2023.

1. AUTISMO. 2. INCLUSÃO. 3. PRÁTICA DOCENTE. I.  
COSTA, CRISTIANE DIAS MARTINS. II. Título.

DANIELE DA SILVA COSTA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR:**

Perspectiva de docentes de uma escola pública de Codó-Maranhão

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII - Codó, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa – UFMA  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda  
(Membro)

---

Profa. Ma. Lucinete Fernandes Vilanova  
(Membro)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me permitido sonhar, trilhar e realizar e a buscar minha fé nos momentos de dificuldades.

Aos meus pais Edimar Araújo e Marilene Gomes, por ter feito dos meus sonhos os seus sonhos, por sempre me apoiarem, dando as melhores oportunidades para que eu me tornasse a pessoa que hoje sou. De todo meu coração obrigada por todo o carinho, pelo apoio, confiança, respeito e compreensão.

Aos meus irmãos Vaniele e Pedro, e ao meu sobrinho e afilhado Marcos Augusto pelo incentivo, por me ensinarem amar, dividir e lutar. Vocês são a razão da minha vida e de todas minhas conquistas.

Aos meus familiares e amigos que estiveram presentes nessa jornada, me apoiando de alguma forma. Muito grata a todos vocês.

Agradeço a todos os meus amigos de turma, em especial, Vaniele Fontes, Cássia Vitória e Cardoso Souza por estarem ao meu lado durante esses quatro anos tornado os momentos de angústia, aflição e nervosíssimos em momentos leves. Obrigado por confiarem em mim quando até eu mesmo me sentia incapaz. Amo vocês meus amores.

A todos os professores que semearam conhecimento e por contribuírem na minha formação, por confirmarem minha paixão por lecionar e por proporcionar momentos maravilhosos.

À instituição pela oportunidade de ingressar e conhecer pessoas que fizeram parte da minha trajetória.

A minha orientadora, Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa, por ter aceitado o convite de fazer parte desta pesquisa, por todo o carinho, incentivo, ensinamento e principalmente pela paciência. Agradeço de coração.

Agradeço as três professoras participantes da pesquisa dando informações necessárias para o conteúdo do meu TCC.

A todas as crianças autistas, por serem seres puros e que têm muito a ensinar quem está sua volta.

A mim mesmo por todo esforço, dedicação e determinação. Este trabalho é a prova viva do quanto você é capaz.

## RESUMO

O foco desta pesquisa é discutir sobre o processo de inclusão de crianças autistas. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar como acontece a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva de docentes de uma escola pública de Codó-Maranhão. Como objetivos específicos buscamos: conceitualizar o TEA, identificar os desafios do trabalho docente no processo de ensino-aprendizagem e verificar as estratégias utilizadas pelos professores para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula com alunos autista. A pesquisa possui abordagem qualitativa, iniciando com fundamentação teórica a partir das obras de alguns autores como Silva (2012); Menezes (2012); Gomes (2020); Cunha (2017); Miranda; Filho (2012); Mantoan (2003). Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo com docentes de um centro de educação infantil do município, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado com cinco professoras da escola que tem\ou tiveram alunos autistas em sua sala de aula. Através da análise de dados ficou evidente que são diversos os desafios que permeiam o processo de inclusão do aluno autista, na qual apesar dos benefícios e das leis que garantem os direitos desses cidadãos, a prática não é fiel a teoria, através dos relatos constatou-se que o aparato por parte do poder público ainda é escasso no que se refere a formação continuada e falta de recurso para o auxílio na sala de aula.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Prática docente.

## ABSTRACT

The focus of this research is to discuss the process of inclusion of autistic children. The research has the general objective: to analyze how the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) happens from the perspective of teachers at a public school in Codó-Maranhão. As specific objectives, we sought to: conceptualize TEA, identify the challenges of teaching in the teaching-learning process and verify the strategies used by teachers to develop pedagogical actions in the classroom with autistic students. The research has a qualitative approach, starting with a theoretical foundation from the works of some authors such as Silva (2012); Menezes (2012); Gomes (2020); Cunha (2017); Miranda; Son (2012); Mantoan (2003). Next, field research was carried out with teachers from a child education center in the municipality, using a questionnaire applied to five teachers from the school who have/had autistic students in their classrooms as a data collection instrument. Through data analysis, it was evident that there are several challenges that permeate the process of inclusion of autistic students, in which, despite the benefits and laws that guarantee the rights of these citizens, practice is not faithful to theory, through the reports found- It is known that the apparatus on the part of the public power is still scarce with regard to continuing education and lack of resources for assistance in the classroom.

**Keywords:** Autism.Inclusion.Teaching practice.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se ouve a palavra “autismo” pode vir a mente a imagem de uma criança isolada no seu próprio mundo, incapaz de se comunicar ou de socializar, contida numa bolha impenetrável, que brinca de forma estranha, e que olha incansavelmente para seus dedinhos a se mexer, uma criança alheia a tudo e a todos. Geralmente é assim que programas de tvs, campanhas, filmes ou redes sociais disseminam os autistas para a sociedade, cenas como essas é apenas o retrato de um mundo onde o preconceito domina e nos fazem perder a oportunidade de aprender com outras pessoas considerando as diferenças que nos constitui. Esse estereótipo construído pela sociedade é capaz de deixar marcas nas crianças do espectro, podendo favorecer ainda mais o isolamento da criança, e empobrecendo de suas habilidades comunicativas.

Com base nisso a educação inclusiva tem um papel fundamental para enriquecer as experiências sociais das crianças com Transtorno do Espectro Autista, oportunizando a interação, e contribuindo para o desenvolvimento de novas aprendizagens. Nesse sentido as crianças diagnosticadas com TEA são consideradas um dos públicos-alvo da educação inclusiva, e estão cada vez mais inseridas em escolas de ensino regular. De acordo com o Instituto Pensi (2022), no último censo escolar quase 300 mil alunos com autismo estavam matriculados na rede pública e privada em 2021, uma alta de 280% se comparada em 2017, quando havia apenas 77 mil<sup>1</sup>.

Para Schwartzman (2015), o autismo é um distúrbio neurobiológico<sup>2</sup> que influencia no comportamento do indivíduo, os sintomas variam entre cada pessoa, mas há alguns fatores em comum que ajudam a identificá-los como por exemplo a dificuldade de comunicação, socialização, comportamentos restritivos e repetitivos e pouco contato visual. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5 (2014) os primeiros sintomas surgem ainda na infância prejudicando o funcionamento do indivíduo.

---

<sup>1</sup>SETUBAL, José Luiz. **A inclusão da criança autista melhora, mas ainda é pequena.** Março, 2022. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/a-inclusao-escolar-da-criancaautista-melhora-mas-ainda-e-pequena>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

<sup>2</sup> Transtorno de causas genéticas.

Sabe-se que a inclusão escolar de alunos com TEA nas escolas já é um ganho bastante significativo, mas esse processo requer mais que a inserção do aluno autista em sala de aula, é necessário criar condições que assegurem e desenvolvam suas potencialidades físicas, afetivas, intelectuais e psicológicas. Nesse sentido, Menezes (2012) complementa que uma inclusão realizada sem as devidas ponderações, pode-se tornar a mais perversa das exclusões, onde o aluno é mantido na escola, mas não possui os aparatos para evoluir em seu processo de aprendizagem.

O interesse pela pesquisa está intimamente ligado à minha trajetória acadêmica, pois pude adentrar na educação inclusiva e especial através das disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó, da Universidade Federal do Maranhão. A escolha pelo tema se concretizou com minha participação no Programa de Iniciação à Docência – PIBID, que tinha o foco da Alfabetização direcionado para os alunos que necessitavam de atendimento educacional especializado do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental. O projeto durou 18 meses e durante esse tempo recebemos formação voltada para educação especial e inclusiva.

Levando em consideração o fato do autismo está sendo cada vez mais discutido na área da educação, seja por questão de inclusão ou pela preocupação com a formação profissional. Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar como se dá o processo de inclusão de crianças autista no ensino regular, indicando desafios e possibilidades na perspectiva de docentes. Pretende-se contribuir de forma significativa nas discussões sobre a temática estudada, principalmente para os profissionais da educação com conhecimentos que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizado desses alunos.

Para responder tal questionamento, apresenta-se como objetivo geral: analisar como acontece a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública de Codó-MA a partir da perspectiva dos professores. Como objetivos específicos buscamos conceitualizar o TEA, identificar os desafios do trabalho docente no processo de ensino-aprendizagem e verificar as estratégias utilizadas pelos professores para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula com alunos autista.

A pesquisa foi estruturada em sete seções, iniciando com a introdução que apresenta a temática e os objetivos da pesquisa; na seção seguinte sucede-se os

caminhos metodológicos traçados nesta pesquisa. Em seguida, apresenta conceitos e questões relativas às pessoas com TEA; já na quarta seção destaca-se aspectos históricos e legais em relação aos seus direitos; por conseguinte destaca-se a inclusão de crianças autistas na escola. Já na sexta seção aborda os resultados e discussões acerca da pesquisa de campo realizada na escola trazendo para discussão autores que tratam sobre a temática. Finalizando com as considerações finais da pesquisa.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi desenvolvido através da abordagem qualitativa, na qual Gomes (2012, p.31) pontua que a pesquisa qualitativa se preocupa, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação do estudo realizado. Nesse sentido, o pesquisador deve ter seu fenômeno de pesquisa para descrever, compreender e explicar, as diferenças entre o mundo social, possibilitando que a investigação traga informações fundamentais para atender a temática em questão (GIL,2008).

Os caminhos metodológicos traçados para essa pesquisa sucederam-se nas seguintes etapas: Fundamentação teórica realizada em livros e bases de dados como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google acadêmico e periódicos Capes, utilizando obras de alguns autores como Silva (2012); Menezes (2012); Gomes (2012); Cunha (2017); Imbernón (2011); Mantoan (2003); Miranda; Filho(2012), ambos tratam sobre o processo de inclusão de crianças autistas como também sobre a importância da formação docente, além de conceitos relacionados ao autismo. Por conseguinte, foi realizada pesquisa de campo com docentes de um Centro de Educação Infantil do município de Codó<sup>3</sup>. Faz se necessário destacar a importância da pesquisa de campo para o âmbito acadêmico. Conforme Marconi e Lakatos (2003) esse tipo de pesquisa é utilizado para se conseguir informações como também conhecimentos acerca de um problema no qual se procura uma resposta ou uma hipótese, a fim de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

---

<sup>3</sup>Localizado a 290 quilômetros da capital de São Luís, Fundada em 16 de abril de 1896, com área total de 4.361,606 km<sup>2</sup> e população de 118,038 habitantes (IBGE,2023).

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário, é válido ressaltar que a escolha se deu justamente por suas vantagens, como evidência Oliveira et al (2016, p.08) “Economiza tempo, atinge maior número de pessoas simultaneamente, obtém respostas mais rápidas e mais precisas, além de haver menos risco de distorção devido a não influência do pesquisador”.

O questionário (APÊNDICE 01) foi dividido em duas seções, onde em primeiro trata-se dos dados de identificação dos participantes, já na segunda contém catorze perguntas abertas e fechadas sobre a temática estudada. Segundo Gil (2008) o questionário trata-se de uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre determinados conhecimentos.

A aplicação dos questionários ocorreu no primeiro semestre de 2023, sendo entregue para 5 professores da educação infantil de uma escola que tinha alunos matriculados com diagnóstico do espectro autista, vale ressaltar que tivemos o retorno de apenas três professoras. Elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no (APÊNDICE 02) aprovando a utilização das informações na pesquisa. Vale ressaltar que por questões de ética os nomes foram preservados passando a ser identificados com nome de flores: Girassol, Tulipa e Iris.

Por fim, foi realizada a análise dos dados coletados a partir das respostas obtidas com os questionários aplicados onde foi possível conhecer a formação, atuação, tempo de docência, os principais desafios que as professoras enfrentam no processo de ensino aprendizagem de alunos com TEA, além das estratégias utilizadas pelas professoras como também as contribuições da gestão escolar no processo e a oferta de qualificação voltada para temática por parte do poder público.

### **3. ENTENDENDO O AUTISMO E SUAS ESPECIFICIDADES**

Autismo? Transtorno Autista? Transtorno Desintegrativo da infância? Transtorno invasivo do Desenvolvimento? Autismo de Kanner? Espectro Autista? Desde os primeiros estudos sobre autismo, são tantos os termos utilizados para se referir a esse transtorno que às vezes até confunde quem está pesquisando sobre o tema. Atualmente se lida com o Transtorno do Espectro autista em diferentes

graus, uma vez que uma pessoa com autismo não é igual a outra pessoa, é que apesar de fazerem parte dos principais critérios que definem uma pessoa com autismo é elencado pelo Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – V) como: Leve, Moderado e Severo.

Publicado em 2014, a 5ª versão do DSM adotou um novo termo a ser utilizado para se referir a todas essas categorias mencionadas acima, que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O documento afirma que:

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, 5ª ed. DSM – 5, 2013, p. 53).

Silva (2012,p.06) nos apresenta de uma forma detalhada, o que é ser uma criança com TEA, na qual segundo a autora o autismo “é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida”. Ainda segundo ela o autismo caracteriza-se por “um conjunto de sintomas que afeta as áreas de socialização, comunicação, e do comportamento” (SILVA, 2012, p.06)

Na mesma direção o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento reforça essa afirmação conceitual ao conceituar o TEA:

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos e restritos. Esses sintomas configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável. Trata-se de um transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p.1)

Dentre os sintomas, a interação social é a mais comprometida, no entanto isso não significa dizer que a pessoa com autismo não consiga se comunicar ou desempenhar seu papel social de forma satisfatória, pelo contrário é preciso romper essa visão e estarmos dispostos a compreender e esclarecer nossas dúvidas sobre os transtornos.

O termo autismo origina-se do Grego *autós* que significa “dentro de si mesmo”, foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em

1911, que buscava descrever o retraimento interior dos pacientes acometidos pela Esquizofrenia (CUNHA; 2017, p.10).

De acordo com Cunha (2017), os primeiros estudos sobre autismo foram feitos somente em 1943 pelo psiquiatra austríaco Léo Kanner ele observou crianças com inabilidades no relacionamento interpessoal que a diferenciavam de patologia, como atraso na fala e dificuldades motoras, através da pesquisa Kenner definiu o autismo como um transtorno que se estruturava nos dois primeiros meses.

Silva (2012) nos faz entender que a criança com TEA é um ser puro, neutro e singular no seu modo de ser e aprender mesmo que dentro de si exista milhões de mundos a serem descobertos dia após dia. É possível que uma criança com TEA, diz Silva et al (2012), apresente uma capacidade de inteligência extraordinária e seja capaz de tocar melodias no piano sem nunca ter ido a uma aula de música. Ou ainda habilidades em cálculos matemáticos sem nenhuma aprendizagem escolar prévia sobre o assunto.

A série coreana de drama jurídico intitulado “Uma Advogada Extraordinária”<sup>4</sup> retrata muito bem essas especificidades através da história de Woo Young Woo, diagnosticada aos cinco anos de idade com TEA, as expectativas médicas eram baixas visto que devido às suas dificuldades sociais, previa-se que ela não poderia aprender a falar. No entanto, Woo ainda criança consegue decorar e recitar descrições lidas em um caderno de direito penal demonstrando uma capacidade de memória fotográfica.

Apesar de terem crianças, assim como Woo Young Woo, que surpreendem as expectativas, não podemos generalizar, pois existem outras com TEA que apresentam limitações severas no raciocínio, na aprendizagem e na autonomia. Dessa forma é preciso sempre haver um acompanhamento com possíveis intervenções e apoios para o melhor desenvolvimento das crianças com TEA.

A criança com autismo, segundo Bosa (2002), pode apresentar características atípicas em seu desenvolvimento como por exemplo: interesse restrito, dificuldades na linguagem e interação, resistência a mudança de rotina, choro e risadas inadequadas, sensibilidade a alguns sons, apego a objetos diferentes dentre outros.

---

<sup>4</sup>Informações coletadas pela autora ao assistir a série sul-coreana produzida pela plataforma Netflix.

Existem várias pesquisas como Cunha (2017); Silva (2012) que trazem contribuições importantes para a compreensão do comportamento dessas crianças. Contudo o diagnóstico do transtorno pode demorar anos, isso porque entre os desafios estão a grande variedade de características que cada criança apresenta.

Ciasca (2003) ressalta que o diagnóstico é uma tarefa difícil e para fazê-lo de modo preciso e eficiente deve haver a participação de uma equipe multidisciplinar, sendo necessário a utilização de diferentes instrumentos de avaliação como a observação, entrevista com os pais e professores. Dentre as abordagens que contribui para o diagnóstico da criança está a avaliação psicopedagógica, neurológica, neuropsicológica, fonoaudiológica e pediátrica.

A autora esclarece que o professor não deve rotular a criança antes do parecer preciso, visto que as dificuldades de aprendizagem podem ser decorrentes de inúmeros outros fatores inerentes ou não a criança. Mas é importante frisar que o professor possui um papel essencial no diagnóstico visto que ele consegue observar a criança em diversas situações escolares.

Vale reforçar que a demora no diagnóstico traz consequências significativas na vida das pessoas com TEA e em suas famílias, ou seja, quanto mais cedo as intervenções são iniciadas mais chance haverá de crianças com autismo terem uma vida melhor, estando mais preparada para viver em sociedade.

#### **4. DIREITOS LEGAIS DAS PESSOAS COM TEA**

O autismo traz consigo características peculiares que requerem por si só uma política séria e específica para esse transtorno. Mas, o que muito se observa são políticas públicas vagas e uma legislação na qual quando trata sobre o autismo é de forma implícita, onde muitas das vezes é somente citado e não tratado como prioridade. Pessoas com autismo têm os mesmos direitos que qualquer pessoa, como previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 na qual garante a educação como direito de todos, sendo promovida pelo estado com a colaboração da sociedade. Em complemento, no artigo 208, § III, estabelece a atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1988). Durante ainda na infância elas tem direito específico pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Ainda conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Artigo 54, é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, já que todo jovem tem direito a educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho.

De acordo com Santos e Tales (2012, p.5) no ano de 1994 a Declaração de Salamanca vem para mudar o cenário da educação no mundo, a sua elaboração ocorreu em Salamanca na Espanha, documento esse que foi criado para apontar aos países políticas públicas educacionais de modo que atenda todas as pessoas por igualitário independente de suas condições pessoais, sociais, econômica e socioculturais. Os principais objetivos da declaração é que as escolas através de seus planos pedagógicos se adequem às necessidades dos alunos nela matriculados.

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, além de que as escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, tais instituições provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Historicamente a educação brasileira se caracteriza por uma escola que delimita a escolarização de alguns, para privilégio de um grupo, uma exclusão legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) traz em sua obrigatoriedade no art. 4º, § III: “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No Brasil, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), o atendimento de pessoas com deficiência teve início somente no século XX com a fundação do Instituto Pestalozzi (1926), especializada no atendimento de pessoas com deficiência mental.

Nas décadas que seguiram, inúmeras leis foram criadas, ampliadas e implementadas em prol dos direitos de pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro, tais medidas instituíram a obrigatoriedade de matrícula, a

idade de ingresso, as diretrizes curriculares nacionais para a escolarização dos alunos com necessidades especiais, dentre outras medidas. (MENEZES,2012)

Nessa direção a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, implantou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que em seu Art.3º prevê:

IV- O acesso:

A educação e ao ensino profissionalizante;

- a) à moradia, inclusive à residência protegida;
- b) ao mercado, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e a assistência social;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comum de ensino regular, nos termos dos incisos IV do art. 2º terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012, p.2)

É notório que apesar dos benefícios da inclusão de pessoas com deficiência na comunidade e das leis que garantem os direitos desses cidadãos, a prática não é fiel a teoria, observa-se que a sociedade ainda precisa avançar em uma inclusão efetiva das pessoas que são consideradas “diferentes”.

Diante disto, podemos observar que ainda há muito que se fazer para que a educação inclusiva seja uma realidade em nosso país, muitas coisas na teoria se distanciam da prática transparecendo lacunas visíveis e que violam os direitos das crianças com TEA. Sendo possível encontrar uma necessidade muito grande no que se refere ao investimento na formação de professores e aparatos do governo para escola.

## **5. A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO**

A resolução nº 2/2001 instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, incumbindo às escolas em seu artigo 2º a obrigatoriedade da matrícula:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. (CNE/CEB 2, 2001,p.1)

Ao falar em “direito à educação para todos” não se pode limitar-se apenas em adentrar esses alunos aos muros da escola. Scardua (2008, p.86) destaca que

processo de inclusão não é tão simples quanto parece é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, alunos, professores que atuam na escola, pais, comunidade, diretor e poder público. É importante que todos participem da vida escolar direta ou indiretamente.

É notório que a chegada de uma criança autista na escola gera grande preocupação tanto por parte da escola como por parte da família. Segundo Brande *et al*(2012, p.44) citado por Heck; Battist (2015) receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento é um grande desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe que é necessárias adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Para que o processo de inclusão seja realizado de forma eficaz é necessário que o sistema educacional que rege ofereça suporte, dando apoio aos professores possibilitando autonomia para elaborar e executar seu trabalho.

No Brasil, a partir da Portaria Ministerial 1.793 de dezembro de 1994 foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas (MIRANDA; FILHO, 2012).

Segundo o Documento Curricular do território Maranhense para a educação básica (2019, p.27) Um dos grandes e mais importantes desafios que o Maranhão enfrenta é a garantia e condições de acesso e permanência das crianças e jovens na escola. Dando possibilidades para que os “excluídos” do processo de ensino possam de fato permanecer no ambiente escolar, diminuindo assim a evasão e possibilitando o desenvolvimento integral desse jovem.

Ainda de acordo com o Documento Curricular do Território (2019, p.28) o estado deve estar a serviço da inclusão dos sujeitos no processo de educação formal, possibilitando acesso à escola e ao processo formativo. Na qual deve pensar para além da inclusão de pessoas com deficiência na escola, sendo necessário construir possibilidades de incluir todos os sujeitos historicamente excluídos do processo de ensino.

É comum nos depararmos com professores frustrados e perdidos em seu trabalho por não saberem lidar com as dificuldades de aprendizagem de alunos com deficiências, principalmente, alunos autistas. Nesse sentido, um dos pontos

essenciais para inclusão é o currículo escolar, na qual segundo Ribas (2017, p.78) “O currículo deve ser adaptado em sua íntegra, priorizando a necessidade do aluno, sendo possível inserir, eliminar, competir e ainda, criar nos objetos alternativas, pensando sempre na garantia da aprendizagem”.

A escola, o professor e a família são peças chaves para o aluno desenvolvimento da aprendizagem e na formação social (CADORI, 2022). Portanto, a inclusão deve estar atrelada a possibilitar boas condições de aprendizagem para todos de forma que venha transformar ações pedagógicas que promovam o ensino aprendido do aluno autista, pensando em atividades lúdica e práticas que desenvolvam o aspecto social do aluno.

## **6. RELATOS DAS DOCENTES ACERCA DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA**

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino, a escola é de educação infantil com maternal I e II, o questionário foi aplicado somente com três professoras, pois são as que possuem crianças com autismo em suas turmas.

No Quadro 1 consta os perfis das três professoras participantes da pesquisa. Como já mencionado, para ambas foi atribuído nomes fictícios a fim de garantir o anonimato do questionário, dessa forma elas serão reconhecidas nesta pesquisa com nome de flores, como apresentado a abaixo:

**Quadro 1 – Perfil das Participantes da pesquisa**

Participante	Formação	Pós-Graduação	Turma de Atuação	Tempo de docência
Girassol	Licenciatura em Pedagogia e Ciências Física;	Educação Especial\Inclusiva; Mestranda em educação Inclusiva;	Maternal I	Mais de 10 anos
Tulipa	Licenciatura em Pedagogia		Maternal II	Menos de 2 anos
Iris	Licenciatura em Pedagogia		Maternal I	Entre 3 a 5 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O fato de solicitar no questionário da pesquisa informações pessoais dos profissionais teve o intuito de traçar o perfil dos docentes. Observando o quadro acima

percebe-se que ambas as professoras possuem curso superior de Licenciatura em Pedagogia, Girassol (2023) possui mais de dez anos de atuação o que possibilita mais experiência, enquanto Tulipa e Iris possuem menos de cinco anos de atuação, ambas atuam na creche atuando com crianças de dois a quatro anos.

A princípio, as perguntas realizadas para as docentes entrevistadas tiveram como foco principal o aluno autista, cabe aqui ressaltar que as três professoras participantes têm/tiveram alunos autista em sua sala de aula.

Dentre as questões apresentadas, foi indagado às participantes da pesquisa quais suas concepções sobre inclusão, onde de acordo com Freire (2008) a inclusão é um movimento social e político que defende o direito de todos os indivíduos a terem seus direitos e aceites respeitados. Desta forma, a partir das respostas das professoras sobre o conceito de inclusão, Tulipa (2023) menciona que inclusão *“É a ação que faz com que todos participem, procurando formas de fazer com que os que apresentam alguma dificuldade tenham o mesmo acesso que os demais”*. Nesse sentido, Girassol (2023) destaca também que é *“Acesso com qualidade e equidade ao sistema de ensino, vida social e trabalho”*. Porém, Íris (2023) traz um conceito que distancia das outras professoras ao dizer que se trata de *“Um desafio e obrigação”*. Em relação à resposta de Íris (2023) Miranda; Filho (2012) afirma que o ato de incluir deve ser visto com um direito de acesso a todos. Íris reforça que a inclusão é um desafio que persistem dentro e fora dos muros da escola, mas é necessário entendermos que o processo de inclusão deve ser vista como um direito e não como uma obrigação. Mantoan (2003) reforça ainda que o processo de inclusão deve ser realizado de forma natural, portanto ela não deve ser vista como uma imposição.

Posteriormente, pretendeu-se analisar quais os principais desafios das professoras no processo de ensino-aprendizado dos alunos com TEA?

### Quadro 2 – Principais desafios

Girassol (2023)	<i>“Aceitação dos pais (parceria escola e família fundamental para o processo de inclusão com qualidade e equidade”</i>
Tulipa (2023)	<i>“Está sendo muito difícil, pois não possuo especialização na área, dificultando o desenvolvimento de atividades que atenda essa criança”</i>
Iris (2023)	<i>“A severidade, o grau de cada espectro e suas particularidades”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação aos principais desafios que os docentes enfrentam, as professoras relataram que a dificuldade de aprendizagem da criança autista está relacionada a relação família-escola, a falta de formação dos docentes e o próprio grau de severidade do TEA, tais dificuldades influenciam no processo de ensino aprendizagem do aluno com autismo.

Girassol (2023) em sua fala ressalta ainda que a maioria dos pais não aceitam a condição do filho, o que dificulta o processo, visto que a parceria escola e família é fundamental para a aquisição do saber. Pensando nessa perspectiva, Souza (2009) reforça que a família-escola se torna fundamental para que se busquem caminhos que permitam e facilitem o sucesso educacional do filho/aluno.

Tulipa (2023) alega que a falta de formação torna o processo mais desafiador, neste ponto de vista, Miranda; Filho (2012) destacam a importância da formação continuada nesse processo em que têm se configurado como uma possibilidade de pensar as demandas escolares e os processos de ensino e aprendizado dos sujeitos público-alvo da educação inclusiva.

Quando a formação continuada faz parte da rotina profissionalizante do docente, desafios como o de Iris (2023) no que se refere ao grau de cada espectro e suas particularidades se tornam menos desafiadores, visto que a cada conhecimento adquirido acerca do entendimento do autismo pode refletir na sua prática em sala de aula.

Imbernón (2011) aponta que cada pessoa tem seu modo de aprender, e um estilo cognitivo de processar a informação que recebe. Dessa forma, aprender para

pôr em prática é essencial, na qual através do conhecimento a complexidade é superada quando a formação se adapta à realidade educativa da pessoa que aprende.

É notório que a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades\superdotação tem desafiado os espaços escolares a construir novas/outras lógicas de ensino (MIRANDA; FILHO,2012), tal posicionamento é comprovado com as respostas das professoras. Sabemos que são inúmeros os desafios que permeiam a prática docente, sendo necessário reforçar que para o processo de inclusão ser realizado de maneira adequada é necessário o apoio de todos família, escola e o poder público.

Por conseguinte, buscou-se analisar quais estratégias são utilizadas pelas professoras para driblar esses desafios, na qual estão exibidas no quadro abaixo:

### Quadro 3 – Estratégias utilizadas pelos professores

Girassol (2023)	<i>“Realizamos antes do trabalho com aluno (entrevista com pais, estudo de caso e plano de desenvolvimento individual) considerando que as crianças são únicas e possuem suas particularidades. Em seguida ocorre as intervenções de acordo com as necessidades do aluno com metodologias ativas e recursos pedagógicos adaptados e individualizado”.</i>
Tulipa (2023)	<i>“Utilizo várias atividades lúdicas e dinâmicas, sempre utilizando uma rotina para não confundir a criança”.</i>
Iris (2023)	<i>“Vários recursos, sempre respeitando o limite da criança”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A prática pedagógica implica-se em realizar medidas para o melhor aprendizado dos alunos, com atitudes que tornam o processo educativo mais enriquecido, tanto para os alunos quanto para o professor no processo de ensino aprendizagem (SOUZA, 2018). Partindo do pressuposto de estratégias concretas e socializadoras tais mudanças tornam as aulas mais atrativas e contribui como forma de incluir a criança autista.

É possível perceber que as respostas das professoras vão de encontro com as concepções da autora. A professora Girassol (2023) apresenta uma série de etapas que é feita por ela para o acolhimento da criança autista, na qual no primeiro momento é realizado todo um trabalho de acolhimento a fim de conhecer as particularidades do aluno autista e em seguida ocorre as intervenções a partir de recursos. Novamente, a professora reforça a importância da família nesse processo. As outras duas

professoras Tulipa (2023); Íris (2023) também destacam que trabalham com atividades lúdicas e dinâmicas. Para Modesto; Rúbio (2014) o aspecto lúdico torna-se importante instrumento na mediação do processo de aprendizagem, principalmente das crianças com necessidades especiais, tornando-se uma ferramenta essencial no processo de ensino aprendido.

Ambas as professoras chamam atenção para duas estratégias e cuidados que se devem ter ao trabalhar com criança com TEA, Tulipa (2023) menciona sobre a rotina, é fundamental que o professor faça uma antecipação visual sobre as tarefas do dia a dia para que ela possa orientar-se e preparar-se para as atividades e eventos na escola (MACHADO, 2019). Íris (2023), no entanto, ressalta sobre a importância de respeitar o limite da criança.

No que se refere ao apoio da gestão da escola, foi indagado às professoras se elas recebem ajuda para propor práticas pedagógicas para promover aprendizagem e a inclusão da criança com autismo. De acordo com a resposta das professoras destaca-se a fala de Girassol (2023): *“Sim, a equipe da escola oferece apoio necessário dentro das possibilidades”*, a resposta vai de encontro com Tulipa (2023) e Iris (2023) na qual afirmam que a gestão participa de modo ativo na inclusão das crianças com necessidades especiais. Dentre o apoio que a escola recebe, ambas citam o Atendimento Educacional Especializado - AEE <sup>5</sup> como uma prática que promove e facilita o ensino e aprendizado dessas crianças. Tezani (2004, p.94) acredita que a educação inclusiva se torna realidade a partir do momento que a gestão da escola participa de forma ativa.

Por fim, buscou-se verificar o que poderia ser feito para que as professoras se sentissem mais seguras para trabalhar com as crianças do espectro autista, na qual obtivemos as seguintes respostas: *“Uma equipe de atendimento multifuncional (psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional e etc.” (GIRASSOL, 2023)*. Tulipa (2023) acredita que *“Deveria ser mais disponibilizados formações para nós professores, como também a escola deveria dispor de mais recursos pedagógicos inclusivos”*. O relato de Íris (2023) foi o seguinte: *“Acredito que mais apoio por parte dos pais sobre as terapias e acompanhamentos de seus filhos”*.

Verificando os relatos é possível perceber que o processo de inclusão de crianças com TEA é bastante desafiador na qual envolve diversos fatores, os

---

<sup>5</sup> Criado para atender o público-alvo da Educação especial e inclusiva tendo a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos.

professores entrevistados reconhecem que ensinar o aluno com autismo, é um grande desafio no âmbito educacional, sendo sempre necessário rever as estratégias de aprendizagem, com a finalidade de buscar novos métodos para assim diversificar as formas de ensinar e com isso favorecer a aprendizagem do aluno. Outro ponto que ficou evidente foi a falta de aparato no que diz respeito a formação, elas alegam que a falta de formação voltada para o entendimento do espectro autismo ainda é um desafio.

Nesse aspecto, buscou-se analisar a qualificação profissional dos professores e sua formação continuada no processo de inclusão escolar desses alunos. Em meio às perguntas, foi indagada sobre a participação em formações voltadas para a temática do TEA, tanto pessoal como ofertado pela Secretaria de Educação do Município. As três docentes relataram que realizam cursos complementares através de investimentos pessoais. Girassol (2023) ressalta ainda, que os cursos ofertados pela Secretaria de Educação são apenas para professores que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado – AEE como destacado em sua fala, *“Pessoal, os cursos ofertados pela SEMECTI são para professores de turmas AEE”*. (GIRASSOL,2023)

É necessário se ter em mente a importância da formação profissional para o processo de inclusão, visto que tais medidas contribuem para a prática pedagógica do professor na sala de aula, além de contribuir para o entendimento do espectro e as demandas que cada grau possui. Dessa forma, Almeida et al (2007) consideram que formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para um outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando. Freire (2011) considera ainda que a formação docente deve ser um processo permanente, procurando sempre formas de melhorar sua prática pedagógica.

Diante das respostas das professoras é possível perceber o aparato por parte da Secretaria de Educação do município ainda é escassa no que se refere a formação continuada, o que vai de encontro com o Plano Municipal de Educação (PME) de Codó (2015/2025) que em sua meta 4, especificamente na 4.4 visa garantir a formação continuada para todos os profissionais da educação básica.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração da pesquisa percebeu-se que o processo de inclusão do aluno autista teve grandes avanços, mas que ainda necessita superar diversos desafios, através dos estudos realizados pode-se constatar que as leis asseguram e garantem os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, como o acesso à educação. No entanto, a teoria se distancia da prática, pois muitas vezes na prática a escola não recebe os aparatos que deveriam ser fornecidos, como observado nos relatos das professoras participantes da pesquisa que vai desde a formação voltado para a temática até a falta de acompanhamento de uma equipe multifuncional no processo de ensino aprendizagem, Pode-se constatar que apesar de existirem leis que garantam o acesso a um ensino democrático e inclusivo, há desafios que ainda persistem, como: a adaptação do currículo escolar, o ambiente físico da escola, necessidade de investimento na formação continuada para professores, autoformação e falta de recurso para o auxílio na sala de aula, entre outras questões que comprometem a aprendizagem do aluno.

Conclui-se que os objetivos foram alcançado ao decorrer da pesquisa, no que diz respeito aos resultados obtidos destaca-se que o processo de inclusão do aluno com espectro autista é uma tarefa com grandes desafios visto que ao receber esses alunos é preciso adequar o ambiente, adaptar o currículo escolar, e as metodologias de ensino, bem como investimento em capacitação e formação dos docentes para o auxílio com conhecimentos acerca do autismo na prática pedagógica, fazendo com que se sintam confiantes para atuar em sala de aula

Essa pesquisa trouxe contribuições significativas para mim, por meio dela pude adentrar e conhecer ainda mais sobre uma temática que gosto e que tanto precisa ser discutida de forma mais aberta, além de ser bastante relevante não só para a educação escolar como para a sociedade em geral. Além disso, irei levar para minha atuação enquanto profissional, visto que foi possível analisar e compreender o processo de inclusão de crianças autista, quais os desafios que permeiam e as estratégias utilizadas por professores atuantes. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir de forma positiva nas discussões acerca do trabalho docentes no processo de inclusão de crianças autistas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007.

AMBRÓS, Danieli Martins. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: Caracterização, legislação e inclusão**. In. 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discursão. Editora Purcs, 2017. p.217.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014

BOSA, Cleonice. Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, p. 77-88, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) Acesso em: 10 de Dezembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

CADORI, Solange. Autismo e escola: desafios da inclusão no ensino regular.2022. Centro Universitário Internacional UNINTER. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/897>. Acesso em 02 de jun de 2023.

CODÓ. Plano Municipal de Educação - **PME**. 2015. Disponível em: <https://www.codo.ma.gov.br/uploads/1.727%20de%2023.06.2015.pdf>. Acesso em: de Julh de 2022.

CUNHA; Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia praticas educativa na escola e na família.** 7ed. Rio de Janeiro: Walk.2017.

CIASCA, Sylvia M. **Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

UNESCO & MEC-Espanha (1994).Declaração de Salamanca e Linha de Ação: sobre necessidades educacionais especiais.Brasília: CORDE.

FREIRE, Sofia. **Um Olhar sobre a Inclusão.** Revista da Educação, XVI (1), 5-20, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Aline da Silva. **Autismo na educação infantil: desafios e possibilidades encontros na sala de aula.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Alegrete-RS, 2020.

HECK, Giomar Maria Peletto; BATTIST, Aline Vasconcelos. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática.** 2015.

IMBERNÓN; Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, G. D. S. A importância da rotina para criança autista na educação básica. **Revista Gespe vida**, São José, Santa Catarina, v. 9, n.1, 2019.

MARANHÃO.SEDUC. **Documento Curricular do Território Maranhense para Educação Infantil e Ensino Fundamental.** 2019. Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/conheca-odocumento-curricular-do-territorio-maranhense-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/> Acesso em: 04 jul. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 2012.

MIRANDA; Theresinha Guimarães; FILHO Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e lugares.** Salvador: Edufba, 2012.

MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento**. São Paulo: São Roque. 2014.

MANTOAN; Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: **III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 1-13.

RIBAS; João Batista Cintra. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira**. Brasília: Corde,2017.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. In: 3º Simpósio Educação e Comunicação, set. 2012. p. 77-87. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SCARDUA, Valéria Mota. A inclusão e o ensino regular. **Revista Facevv**, v.1, n.2, p.85-90, 2008.

SCHWARTZMAN, J.S. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Editora Fontana, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de orientação: Transtorno do Espectro Autismo**. Departamento científico do desenvolvimento e do comportamento. N°5. Porto Alegre.2019.

SOUZA, E.C.N. **A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil**. Monografia(Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2018.

SOUZA, M. E. P. **Família/Escola**: a importância dessa relação no desenvolvimento escolar.2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, PR, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva**: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004. Disponível em:<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2638/DissTCRT.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 jun. 2023.

## APÊNDICE 01: Questionário aplicado aos(as) professores(as) da escola

### FORMULÁRIO DE PESQUISA

Caríssimo(a) Professor(a), este formulário faz parte da pesquisa intitulada como O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR: Perspectivas de docentes de uma escola pública de Codó - Maranhão, realizada por mim, DANIELE DA SILVA COSTA, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus Codó e orientada pela professora Dra. Cristiane Dias Martins da Costa da Universidade Federal do Maranhão em Codó. O principal objetivo desta pesquisa é investigar como se dá a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Os resultados desta pesquisa serão apresentados em forma de artigo respeitando os princípios éticos da pesquisa, os participantes não serão identificados, privilegiando assim o sigilo de todas as informações.

Sua participação é fundamental para o êxito desta pesquisa!

Desde já agradecemos sua colaboração.

Daniele da Silva Costa (99) 98859-1036 / [daniele.sc@discente.ufma.br](mailto:daniele.sc@discente.ufma.br)

Cristiane Dias Martins da Costa (98) 98104-1313 / [cristiane.dmc@ufma.br](mailto:cristiane.dmc@ufma.br)

### DADOS PESSOAIS E DA ESCOLA

1. Qual seu nome: \_\_\_\_\_

2. Contato telefônico: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

3. Qual a sua formação?

( ) médio ( ) superior incompleto ( ) superior completo ( ) pós graduação

Indicar o curso de graduação: \_\_\_\_\_

Indicar o curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_

4. Quanto tempo você tem de docência?

( ) menos de 2 anos ( ) entre 3 e 5 anos ( ) entre 6 e 10 anos ( ) mais de 10 anos

5. Quanto tempo você está na escola em que atua como professor(a)?

( ) antes de 2021 ( ) a partir de 2022 ( ) a partir de 2023

6. Indique a etapa\o ano que você atua.

( ) maternal I ( ) maternal II ( ) pré I ( ) pré II

( ) 1º ano ( ) 2º ano ( ) 3º ano ( ) 4º ano ( ) 5º ano

7. Quantos alunos tem na sua turma? \_\_\_\_\_
  8. Atende alunos com deficiência? Se sim, indique a deficiência ou transtorno.
- 

### **DADOS REFERENTES A PESQUISA**

1. O que é inclusão para você?
2. Se considera um professor inclusivo? Explique o motivo
3. Você já atendeu uma criança do público da educação especial em uma sala de aula? Se sim, indique a deficiência ou transtorno.
4. Você já teve/tem alguma criança do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala?  
( ) Sim                      ( ) Não
5. Quais foram/são seus principais desafios?
6. Quais estratégias você utilizou/utiliza para trabalhar com o aluno com TEA?
7. A gestão da escola propõe práticas pedagógicas para promover a aprendizagem e a inclusão da criança com autismo?
8. Já participou de alguma formação sobre a temática do Transtorno do Espectro Autista? Investimento pessoal ou ofertado pela SEMECTI?
9. Na sua escola tem a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim, como funciona?
10. Na sua escola é disponibilizado materiais pedagógicos voltado para auxiliar as crianças que precisam de um atendimento educacional especializado? Se sim, quais?
11. Você tem apoio da equipe gestora para pensar estratégias para lidar com as crianças do espectro autista? Se sim, como funciona o apoio recebido.
12. Se sente preparado(a) para ter em sua sala de aula alunos autistas?
13. O que poderia ser feito para você se sentir mais segura para trabalhar com as crianças do espectro autista?
14. Gostaria de acrescentar alguma outra informação?

**APÊNDICE 02:** Termo de Consentimento entregue aos professores no ato da pesquisa

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Venho pelo presente documento, convidá-la(o) para participar como sujeito da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC intitulada O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR: Perspectivas de docentes de uma escola pública de Codó – Maranhão. Esta pesquisa tem por objetivo investigar como se dá a inclusão do aluno com Espectro Autista.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista e/ou questionário. Se depois de consentir sua participação e desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação ou dúvida, poderá entrar em contato no celular (99) 98859-1036.

Consentimento pós-informação:

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) sobre a minha colaboração na pesquisa, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do TCC, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante:

Assinatura do pesquisador responsável:

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a):